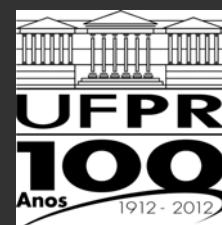


CADERNO DE RESUMOS

Monografias de conclusão
do curso de Bacharelado
e Licenciatura em
História da Universidade
Federal do Paraná

1.º SEMESTRE 2013

*Programação das
apresentações e
resumos das
monografias de
conclusão de curso
de Bacharelado e
Licenciatura*



PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA 1

Quarta-feira, 31 de julho de 2013

Início às 14:00 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Professor Dr. Clóvis Gruner (titular), Professor Dr. Rafael Benthien (titular), Me. Luiz Sereza (titular), Professor Dr. Hector Guerra (suplente)

DOIS MUNDOS EM DESENCONTROS: A NARRATIVA IMAGÉTICA DE JOAQUIM JOSÉ DE MIRANDA E O RELATÓRIO DE AFONSO BOTELHO, SOBRE O ENCONTRO ENTRE ÍNDIOS E LUSO-BRASILEIROS NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA A PARTIR DE 1771

Aluna: Maria Tereza Aoki

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Hameister

NAZISMO E MISTICISMO ALEMÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Aluno: Tiago Henrique da Luz

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS EX-COMBATENTES BRASILEIROS: AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS VETERANOS

Aluno: Danilo de Mauro Prandi

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

EUGENIA NEGATIVA NO BRASIL: RENATO KEHL E SUAS LICÇÕES DE EUGENIA

Aluno: Filipe Marcel Brito de Souza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Kosicki Bellotti

IMIGRAÇÃO JAPONESA NA FOTOGRAFIA. MEMÓRIAS E SOCIABILIDADES

Aluna: Noemia Yoko Harada

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Kosicki Bellotti

RESUMOS BANCA 1

*Quarta-feira, 31 de
julho de 2013 -
Início: 14:00h
Local: sala 612 -
6.º andar -
DEHIS/UFPR*

DOIS MUNDOS EM DESENCONTROS: A NARRATIVA IMAGÉTICA DE JOAQUIM JOSÉ DE MIRANDA E O RELATÓRIO DE AFONSO BOTELHO, SOBRE O ENCONTRO ENTRE ÍNDIOS E LUSO-BRASILEIROS NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA A PARTIR DE 1771

Aluna: Maria Tereza Aoki

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Hameister

Palavras-chave: expedições do século XVIII, Guarapuava, estampas

Em 16 de dezembro de 1771, nos Campos de Guarapuava índios e luso-brasileiros se encontraram, cada qual carregados de suas visões de mundo, reagiram à sua maneira a esse contato. A expedição chefiada pelo tenente-coronel Afonso Botelho de Sam Paio e Sousa defrontou-se com índios nos sertões de São Paulo, num território que seria parte do atual estado do Paraná. Esse episódio foi narrado pelos luso-brasileiros através, de um relato do comandante e por meio de uma série de estampas, de autoria atribuída à Joaquim José de Miranda. Essa narrativa imagética é peculiar, pois, não era comum para a América portuguesa do século XVIII. O que se conhecia até então, em termos de produção imagética do processo de conquista eram basicamente as produções de mapas cartográficos e desenhos arquitetônicos que serviam de auxílio para o empreendimento colonial. Esse material visual, relativo à expedição, também difere muito do estilo dos naturalistas formados na Coimbra reformada (1772). Suas expedições científicas tinham por objetivos conhecer o mundo natural e seus habitantes nativos, eram guiadas por manuais com instruções para recolher, catalogar e transportar os materiais encontrados.¹

Esta pesquisa, tem por objeto de estudo as narrativas, relatório e estampas, produzidas na segunda metade do século XVIII, a partir do encontro entre índios e luso-brasileiros no sertão de Guarapuava. Como objetivo, pretendemos buscar respostas às seguintes perguntas, a partir dessas duas narrativas: quais os interesses relacionados com as imagens de Joaquim José de Miranda? Qual o papel e como as fontes produzidas durante as expedições contribuíram para a construção de um mito fundador para Guarapuava? Sendo o presente texto um resumo da investigação, apresentam-se os principais resultados alcançados nesse trabalho.² Para a leitura das imagens, Peter Burke nos forneceu elementos relevantes para nossa análise. Primeiramente, para entender as estampas, foi necessário conhecer o seu contexto social, as circunstâncias em que elas foram encomendadas e contexto material.³

O contexto social é a segunda metade do século XVIII, período que engloba as expedições militares (1768-1775) ao sertão⁴ do Tibagi, Ivaí e Guarapuava e também a produção das imagens e relatório de Afonso Botelho. Tais expedições foram empreendimentos, que visavam descobrir novos territórios, povoar e estabelecer contato

¹ PEREIRA, Magnus R. de M. E CRUZ, Ana Lúcia R. B. O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar produtos naturais. In: DORÉ, Andréa. e SANTOS, Antonio C. A. *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/ Fundação Araucária, 2008, p. 244.

² Não será possível explicar nem apresentar as trinta e nove estampas de forma separada, por isso, selecionei apenas duas, e discutirei sobre elementos que são relevantes para resumir minha pesquisa. No texto completo, estão incluídas todas as estampas como anexo.

³ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004, p. 225.

⁴ A palavra sertão é entendida dentro do contexto colonial como um território passível de ser conhecido. Para a capitania de São Paulo no século XVIII Kok usa o termo *sertão itinerante*, por causa das inúmeras expedições de exploração do território. KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.

com os nativos, para que atuassem na defesa da fronteira. Principalmente após a sequência de invasões que os castelhanos promoveram no sul do Brasil.

Com essa preocupação, a capitania de São Paulo foi restaurada e D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus (1722 – 1798) recebeu o cargo, que exerceu entre 1765-1775. A motivação para restauração da capitania foi impulsionada pela invasão e perda para os castelhanos da Colônia do Sacramento em outubro de 1762, e da Vila do Rio Grande pelos espanhóis em maio de 1763. A Coroa portuguesa preocupada com a situação, instruiu o novo governador a tomar medidas que visavam à defesa do território e conquistar os nativos para que se tornassem agentes de defesa.⁵ As ações do governador eram acompanhadas pelo Marquês de Pombal (1750-1777), cuja recomendação era que se fizesse o recenseamento da capitania, “explorar e descrever” instrumento para a construção de um saber empregado na tarefa colonizadora.⁶ D. Luis, ao vir para o Brasil trouxe seu primo Afonso Botelho de Sam Paio e Sousa (1728-1793), a quem nomeou responsável em organizar as expedições militares, para a parte meridional de São Paulo a partir de 1769. Botelho exercia o cargo de ajudante de ordens do governador, chegando a receber a patente de tenente-coronel, desenvolveu vários trabalhos em Santos, Paranaguá, Lapa e Castro.⁷

De modo geral, as expedições militares estavam mapeando caminhos para se chegarem aos sertões de Guarapuava e Tibagi e também ao Iguatemi, região de fronteira entre Paraguai e Mato Grosso. Sobre esse contexto e a organização das expedições militares discutimos no primeiro capítulo da monografia a partir dos relatórios de Botelho.

Essas expedições militares, foram ricamente documentadas pelos seus participantes, diários de viagens, listas de mantimentos e gastos, bandos emitidos pelo governador e cartas. Muitos desses textos, foram emitidos por exigências da própria burocracia governamental, importante lembrar que esses homens estavam a serviço da Coroa portuguesa. Para nossa pesquisa, optamos em analisar um conjunto de textos que foram reunidos por Afonso Botelho, sobre o título de “*Notícia da Conquista, e Descobrimto dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, Conforme às Ordens de Sua Majestade.*”⁸ São eles uma carta destinada a rainha D. Maria I, relatório das expedições ao sertões da capitania de São Paulo, legendas das estampas e um relato detalhado do encontro com os índios.⁹ Esse encontro foi pintado em quarenta estampas,¹⁰ com autoria atribuída a Joaquim José de Miranda. Entendemos, que essa série de aquarelas, não pode ser analisada separadamente

⁵ BELLOTTO, Heloísa L. Prefácio. In: DAMASCENO, Darci. *Catálogo Arquivo de Mateus*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 2000, p. 11.

⁶ SANTOS, Antônio César de Almeida. O desbravamento dos sertões da capitania de São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, (org.) *Plano para sustentar a posse da parte meridional da America portuguesa (1772)*. Curitiba : Aos Quatro Ventos : CEDOPE, 2003. p. 10.

⁷ GARCEZ, João Moreira Filho. Notas biográficas sobre Afonso Botelho de Sampaio e Sousa. In: AMOROSO, Marta Rosa; et. all. (orgs). *Do Contato ao Confronto: A conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: Exponus, 2003, p. 24.

⁸ A edição da fonte estudada pertence ao acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, depositado no fundo Arquivo de Mateus. Essa coleção foi complementada com a aquisição de um fundo privado adquirido dos descendentes em 1968 em Portugal. A historiadora Heloísa Bellotto considera que esse arquivo constitui em um largo conjunto de informações sobre um governador de capitania sendo muito peculiar, principalmente por conter o diário de governo no qual descreveu suas ações e atividades durante sua estada no Brasil. BELLOTTO, Heloísa L. Prefácio. *Op. cit.*, p. 17 – 18 e p. 20.

⁹ SAMPAIO e SOUSA, Afonso Botelho de. “Notícia da Conquista e Descobrimto dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do Governador e Capitão-General Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Conforme às Ordens de Sua Majestade.” In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 76, 1962.

¹⁰ AMOROSO, Marta Rosa; et. all. (orgs). *Op. Cit.*

do texto de Botelho, pois as duas se complementam e dialogam. Os textos nos ajudam, a compreender as circunstâncias de encomenda da obra. A estampa de número trinta e nove encontra-se desaparecida, sabemos do que se tratava porque restou a legenda.

A narrativa de Miranda, mostra desde o encontro dos cinco luso-brasileiros com uma família de nativos, que recolhiam pinhão. As visitas que ambos os grupos fazem, ao alojamento do outro, até o desfecho em que sete militares são assassinados e a expedição resolve sair de Guarapuava. Foram pintadas em pranchas de tamanho 42,5 x 55cm, estão enumeradas e suas legendas estão em uma página separada. Percebemos assim, que a intenção do autor, era em exibi-las em forma de um livro, no qual o leitor teria fácil manuseio em acompanhar as imagens e o texto de Botelho.

Sobre as estampas, a Biblioteca Nacional, em nota da edição da *Notícia da Conquista*, explica que as imagens não faziam parte do acervo documental desde a sua aquisição em 1959. Elas ficaram conhecidas a partir de 1985, em um leilão em Nova York, foram arrematadas pelo casal Beatriz e Mario Pimenta Camargo, o qual as depositou em seu acervo particular. Nessa pesquisa, tivemos acesso apenas a versão impressa, publicada no livro *Do contato ao confronto*, para a análise desse material visual acreditamos que trabalhar apenas com o seu impresso alguns detalhes podem ter sido ignorados. Os artigos publicados nesse livro, sobre as estampas, não apresentam nenhuma informação sobre o artista, nem o motivo desse material estar por quase duzentos anos no anonimato, trazem apenas suposições. Os poucos estudos publicados sobre essas imagens também não nos deram nenhuma pista. Lúcio Tadeu Motta,¹¹ numa perspectiva da etno-história, ao escrever sobre a resistência dos Kaingang (1768 até 1924) utilizou algumas estampas de forma ilustrativa. Já a historiadora Glória Kok,¹² no seu estudo sobre o cotidiano das expedições da capitania de São Paulo, no século XVIII, dedicou um tópico no qual descreveu as imagens junto com o relatório de Botelho, mas não fez nenhuma interpretação sobre as fontes. Sendo assim, para uma análise mais completa das imagens, e para o entendimento dos interesses relacionados com as imagens foi necessário o estudo dos textos referente às expedições e sobre o encontro.

Botelho escreveu, em uma carta, como foi o encontro com os índios durante a décima expedição. Os relatos do encontro entre dezembro de 1771 a janeiro 1772 foram, publicados nos *Anais*, com o título de *Relação do primeiro encontro, que o tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Sousa teve com os índios do sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava aos 16 e 17 de dezembro de 1771*.¹³ Junto à esse texto, a numeração das estampas são referenciadas nas suas margens, segundo a nota da edição. Ou seja, quem as desenhou fez a partir desse relato, cuja intenção era apresentar à Coroa portuguesa. A carta de Botelho à Rainha Maria (1777- 1792), nos permite considerar que o objetivo principal de Botelho ao prestar contas de suas ações no Brasil, nas suas palavras: “O que quero é fazer ver a todos, que eficazmente desejo ser útil à minha Pátria, (...)”¹⁴ Nesse texto, ele não menciona a patente que perdeu, mas podemos inferir que um dos motivos também era a restituição de seu posto. A carta não apresenta data por isso consideramos a hipótese de

¹¹ MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang*. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: Eduem, 1994.

¹² KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: Op. Cit.*

¹³ SAMPAIO e SOUSA, Afonso Botelho de. “Notícia *Op. Cit.* pp. 28 -48. Esse texto, sobre o encontro com os índios, tem duas outras versões publicadas no mesmo *Anais* da Biblioteca Nacional vol.76, p. 216 – 233; 251-267, optamos nessa pesquisa em utilizar o relato que faz referência as estampas. Os outros textos trazem as mesmas informações, no entanto, o narrador é diferente. Encontramos, o uso do termo *choclan* para identificar os índios, p. 267, no texto de Botelho esse termo é suprimido. Existem outras publicações dessa fonte, como por exemplo: NEGRÃO, Francisco. (ed.), *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba volume III, IV e V*. Curitiba: Câmara Municipal 1906 a 1908.

¹⁴ *Idem*, pp. 3.

que tenha sido escrito entre 1777 a 1778, entre o início do governo de D. Maria ao ano que Botelho recebeu sua patente de volta. Com relação, ao ano de produção das estampas, também consideramos estar dentro desse período, justifica-se isso pelo fato de as legendas fazerem parte do conjunto de textos enviados à rainha, não é possível saber se a rainha chegou a ver essas estampas. Além disso, no título das legendas ao lado do nome de Botelho consta o seguinte “(sendo ainda Tenente Coronel)”.¹⁵

O *Relação do primeiro encontro* é um texto feito, a partir, da edição de cartas escritas por Botelho logo após os acontecimentos. Assim, percebemos pela tipologia da fonte a ligação entre texto e imagem, mesmo sendo de autores diferentes. Raminelli e Guimarães¹⁶, ao estudarem as estampas produzidas durante a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), pelo rio Amazonas, perceberam que apesar de texto e imagem portarem conteúdos diferentes elas se complementam.¹⁷

Como metodologia de análise das estampas, adotamos o que Freitas chamou de abordagem tríplice, composta pela parte formal, semântica e social. Na primeira etapa formal, propõem o isolamento metodológico, nele anotamos tudo que vimos na imagem. Para depois compreender a sua forma lógica (semântica), e transformar as imagens em um discurso verbal no qual podemos relacioná-lo ao seu contexto social.¹⁸

A estampa é um tipo de gravura acompanhado de legenda, seu objetivo é apresentar a evolução do objeto observado, era uma forma de desenho muito utilizado pelos viajantes naturalistas.¹⁹

Para facilitar a análise, agrupei as estampas em sete grupos, tendo como objetivo juntar as imagens com paisagens parecidas. Grupo I: estampa 1 a 5 representação individual do índio; grupo II: estampa 6 a 12 o primeiro encontro entre índios e luso-brasileiros; grupo III: estampa 13 a 21 índios visitam os luso-brasileiros no alojamento; grupo IV: estampa 22 a 26 o luso-brasileiros visitam o arranchamento dos índios; grupo V estampa 27 a 30 o luso-brasileiros retornam ao arranchamento do rio Jordão e são visitados pelos índios; grupo VI estampa 31 caçadores encontram com os índios; grupo VII: 32 a 40 muitos índios armados vão até o rancho do rio Jordão, assassinato de sete militares da expedição, retirada dos luso-brasileiros. A dinamicidade das cenas são percebidas, a partir das legendas e do texto escrito. Para indicar a mudança de lugar das cenas o artista assinala com elementos da natureza, como um rio, um caminho. A chuva é um elemento presente no relatório mas, não aparece nas estampas.

Sobre o aspecto técnico dos desenhos percebemos que o artista não tem muita habilidade em desenhar o corpo humano nem situar os personagens de forma proporcionais na estampa. As imagens do grupo I (figura 1) não estão no relato de Botelho

¹⁵ É relevante para nossa pesquisa, o fato de D. Luis, ter sido duramente criticado no fim de seu governo, por suas ações, chegando a perder sua patente ao retornar para Portugal, assim, como aconteceu com Afonso Botelho. Ambos escreveram cartas, à rainha D. Maria, a partir desses dados, entendemos que Botelho tinha motivações para reunir os relatórios das viagens junto com imagens que trazem um significado maior. BELLOTTO, Heloísa L. Prefácio. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁶ GUIMARÃES, Natally Nobre. *Ciência e Dominação*: A imagem do indígena amazônico pelo olhar luso-brasileiro, à luz das ciências ilustradas no viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira. Curitiba, 2009. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. p. 1.

¹⁷ Essa viagem contava com dois desenhistas, José Joaquim Codina e Joaquim José Freire, o texto escrito é de autoria de Alexandre Rodrigues. RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionamia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. In: *História, Ciência, Saúde. Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 969-92, 2001, p. 972.

¹⁸ FREITAS, Artur. História e imagem artística: por uma abordagem tríplice. *Estudos Históricos – dossiê “História e Imagem”*, Rio de Janeiro, n° 34, julho-dezembro de 2004. p. 9-10.

¹⁹ GUIMARÃES, Natally Nobre. “*Ciência e Dominação*” *Op. Cit.* “p. 26.

separadamente, mas percebemos, que é composta pelas descrições dos índios ao longo do texto, dentro da narrativa imagética serão perfis recorrentes. Os índios de Miranda, o homem e a mulher, são robustos e musculosos, uma peculiaridade do homem é ter cavanhaque e bigode se assemelhando a um chinês. Percebemos assim, que as estampas de Miranda são feitas a partir do que ele conhecia. Assim, podemos entender o índio com feições chinesas, o que Burke explica sendo: “através da analogia [do artista] que o exótico se torna inteligível, domesticado.”²⁰ Provavelmente, o autor não esteve no Brasil, outro motivo que justifica nossa hipótese, é a forma como a araucária e a pinha são retratados, o que se pode ver na figura 3. A árvore com tronco largo e concentração de folhagem na copa, do lado esquerdo, lembra uma araucária, mas não apresenta suas especificidades, provavelmente pelo pintor ter apenas ouvido, lido ou visto (através de pinturas), a descrição de como ela seria. A pinha se parece um pouco mais com uma verdadeira, talvez, por ela ser um fruto que tenha sido levado à Portugal, onde o artista a conheceu. Tirando esses detalhes, a natureza que compõe as imagens não apresenta nenhuma especificidade que caracteriza a região além dos campos abertos.



Figura 1. Estampa 3 e 4: “3.huma Índia como propriamente costumão andar, com sua tanga. 4. a mesma Índia que se vestio com vestidos, que se lhe fizerão, ficando muito contente, e satisfeita.”



Figura 2. Estampa 12: “vai sahindo a mulher do mato, e o marido com os filhos vestidos, apontando para onde vão os Cavaleiros.”

Entendemos, que a produção das estampas sobre o encontro entre índios e colonizadores, foi motivada para justificar a insucesso de Botelho em Guarapuava. Consequentemente, também contribuiu para que a Coroa portuguesa visse os índios não mais como colaboradores, mas como selvagens que deveriam ser conquistados. A ocupação efetiva de Guarapuava se deu a partir de 1809. D. João VI, preocupado em ocupar e povoar todo território nacional, autorizou capturar e escravizar os índios que não quisessem colaborar. Por isso, uma nova expedição militar fortemente armada devastou a região. A formação de Guarapuava foi possível, a partir, da expulsão dos índios.²¹ Lacheski, ao analisar a historiografia sobre a cidade, produzida a partir da metade do século XX, percebeu que ela era portadora de um discurso regionalista, que destacou uma visão da conquista dessa região. Tal processo foi narrado de “*forma épica, destacando os feitos heróicos dos expedicionários, referenciando sua bravura e coragem.*”²²

Para algo conclusivo, sobre a narrativa imagética, é necessário um estudo completo dos documentos sobre as expedições militares de Botelho, outro fator que não pode ser ignorado é que as expedições militares coexistiram com as científicas. Esperamos, com esse trabalho contribuir para perceber, também as diferentes narrativas sobre os indígenas que foram produzidas por lusos para serem lidas por lusos. Provavelmente, foram a base para outras expedições científicas ou não, nas quais em suas diferentes linguagens e narrativas construíram as visões européias da América e americanos. Ressaltando, que nenhuma delas representava os contextos americanos visitados ou apreendidos através de narrativas alheias, e sim representavam a visão de quem as produziram.

²⁰ BURKE, Peter. *Op., cit.*, p. 154.

²¹ PONTAROLO, Fabio. *Degredo interno e incorporação no Brasil meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 2007 150f. p. 41.

²² LACHESKI, Edilane. *Guarapuava no Paraná: discurso, memória e identidade (1950-2000)*. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UFPR. 162 f. p. 2.

NAZISMO E MISTICISMO ALEMÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Aluno: Tiago Henrique da Luz

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Nazismo, Ocultismo, Integralismo

Considerando a extensa lista de elementos de origem lendária, mitológica ou ocultista presentes nas manifestações públicas do movimento nazista alemão, desde suas origens, ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, também, as semelhanças e diferenças, em determinados aspectos, com o movimento integralista (1932-1938) que se desenvolveu no Brasil, faz-se importante avaliar as circunstâncias em que o movimento nazista incorporou tais características ocultistas, bem como examinar de que maneira estas eram percebidas pelos integralistas brasileiros.

A Alemanha, apesar do grande desenvolvimento técnico e tecnológico alcançado até as vésperas de 1914, permanecia fortemente enraizada em estruturas e poderes de origem feudal que, conseguindo trazer para si a burguesia industrial nascente, diminuiu grandemente a possibilidade de conflitos entre esta e os poderes estabelecidos. Arno Mayer considera que os burgueses se “permitiam envolver por um sistema cultural e educacional que defendia e refletia o *ancien régime*”, enquanto a maioria dos “intelectuais e artistas contestavam o positivismo da teoria social, a racionalidade do homem e a realidade do progresso”. O autor caracteriza este vínculo como uma “simbiose ativa” entre dois estratos sociais, em que a burguesia se tornava cada vez mais acirrada na defesa de um protecionismo, imperialismo e rearmamento, apoiando políticas de antiliberais.¹

Uma visão de mundo (*Weltanschauung*) conservadora se pretendia defensora das virtudes cardeais da honra, da obediência e da coragem, tomando as nobrezas agrárias como personificação da nação, da terra, da família e da religião, enquanto o rápido crescimento das cidades e as “massas imundas” ameaçavam a alta cultura. O darwinismo social passa a oferecer uma legitimidade para os imperialismos e a subjugação das massas – apoiada no discurso racional e no método empírico das ciências naturais. Esta “mentalidade de sítio” alimentava a predileção pela guerra, pela hierarquia, romantizava o combate corpo a corpo e a “mística do ataque firme e resolutivo”.²

Acrescenta-se a esta visão conservadora a avaliação sobreestimada da força e do radicalismo que as elites tinham a respeito dos movimentos socialistas e de auto-determinação das minorias nacionais – cujos conflitos eram mais fiscais e alfandegários do que políticos - bem como a divisão da Europa em duas alianças opostas e crescentemente hostis. Quando do começo da Grande Guerra, as elites se dispunham a lançar a Europa em um conflito de proporções e objetivos não definidos, visando reunir e revigorar a unidade nacional.³

Diante da ameaça da “civilização” latina e do regozijo de poetas e filósofos ao ver o povo unido para a guerra que se iniciava, o historiador Friedrich Meinecke constatava que “o tempo da separação entre a política e a cultura estava definitivamente encerrado”. A Liga Pangermanista, atuando no Reich Alemão (1871-1918), como indica Lionel Richard, foi uma notável representante dessa corrente de pensamento favorável à guerra, conclamando os povos germânicos à união e propondo a anexação dos Estados limítrofes a fim de proteger a Alemanha. A guerra seria salvadora e geradora de progresso.⁴

¹ MAYER, Arno. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 16, 41-43 e 269-270.

² Idem, *ibidem*, p. 272-298.

³ Idem, *ibidem*, p. 300-311.

⁴ RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 19.

Ao fim da Guerra, as turbulências revolucionárias terminaram com uma caçada sangrenta aos líderes comunistas e, estabelecida a República de Weimar, disseminou-se o “mito da punhalada pelas costas”, remontando ao herói da epopeia germânica dos *Nibelungen*, Siegfried, ferido mortalmente por traição. A Alemanha – considerada imbatível militarmente – teria sido minada pelas forças que faziam campanha contra a guerra, notadamente a liga Spartakista, ala revolucionária do Partido Socialista Independente, que nascera de uma cisão no Partido Social-Democrata. Convocados para combater os comunistas, os *Freikorps* (corpos voluntários) consistiam em tropas irregulares compostas por oficiais, suboficiais e soldados profissionais que, no momento da desmobilização, não aceitaram a derrota e ainda menos o fim do Império.⁵

Soma-se a isto as dificuldades econômicas – como inflação e desemprego – que contribuíram para um processo de dissolução dos costumes e, enquanto operários trabalhavam “um mês para ganhar equivalente ao preço de um par de calçados”, os novos-ricos frequentavam os prazeres que Berlim oferecia, desde “pratos pantagruélicos e coquetéis refinados” até a profusão de boates e clubes frequentados por homossexuais. E precisamente os burgueses, considerados até então inabaláveis em seus princípios de ordem, foram os primeiros a serem tomados por uma espécie de delírio.⁶

No que se refere ao campo religioso, diversas ligas, plenas de nacionalismo, defendem um “cristianismo alemão”, um retorno às pretensas virtudes germânicas.⁷ Peter Gay observa que havia um obscurecimento das fronteiras entre poesia e religião – Meinecke, por exemplo, propunha que se deveria ler poesias de nomes como Goethe e Schiller numa Igreja, em horas fixadas – perpetuando a ideia de que era necessário “superar” o “pensamento superficial” do Iluminismo e que, de outra forma, estar-se-ia cego aos “abismos da alma humana, aos mistérios da *Kultur*, às seduções traiçoeiras da teoria do progresso às armadilhas da democracia e que insiste – e isso é o pior de tudo – em corromper com a política as esferas da cultura e do espírito”.⁸

Assim, paralelamente a uma escalada de xenofobia e a perda de fiéis católicos e protestantes, o misticismo oriental penetrava até nas camadas populares, e uma parte destes se agregava aos círculos de falsos magos e hábeis comerciantes do absoluto. Nesta atmosfera de desespero, nostalgia anti-democrática e misticismo, surgiam nas bancas de jornais as profecias da chegada ao poder de um “novo César”.⁹

Adolf Hitler (1889-1945), nascido em Braunau-sobre-o-Inn, – segundo seu próprio relato – com seis anos, foi do coro e ajudou missa no antigo mosteiro beneditino de Lambach, onde teve o ensejo de se “inebriar com a pompa magnífica das festas religiosas”. Desde cedo, demonstrava seu interesse na arte, privilégio da “melhor sociedade” e, tendo fracassado nos estudos e, posteriormente, impossibilitado de frequentar a Escola de Belas Artes, encontrou – já em Viena – na música de Richard Wagner, um meio de fugir à realidade, cada vez mais tendendo a um estilo de vida “ocioso e sem objetivos” (teria assistido à ópera de Tristão e Isolda por trinta ou quarenta vezes).¹⁰

É nesse momento que Hitler tem contato com os grupos ocultistas, por exemplo a revista *Ostara* (nome da deusa germânica da primavera) editada pelo monge Jorg Lanz Von Liebenfels. Segundo Joachim Fest, Liebenfels teria adquirido a fortaleza de Wertenstein e de lá, sob o estandarte da cruz gamada, hasteada em sua fortaleza em 1907, expunha sua teoria da luta sanguinária entre os Asinge (heróis) contra os Äfflinge (sub-homens),

⁵ Idem, *ibidem*, p. 41-56.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 99.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 146.

⁸ GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 88.

⁹ RICHARD, L. *op. cit.* p. 100-116.

¹⁰ FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976. p. 15-29.

propondo formar a vanguarda da raça dos senhores louros de olhos azuis, e substituindo a luta de classes dos socialistas pela luta racial, em que se deveria instituir uma seleção metódica, higiene racial e esterilização.¹¹

Lá também foi influenciado pelo movimento de Georg Ritter von Schönerer (cujo periódico, *Der Scherer*, publicava uma reprodução da cruz suástica), movimento pangermanista austríaco que preconizava a renúncia aos territórios não-alemães e se pronunciava contra a existência do estado plurinacional. O Dr. Karl Lueger também exerceu influência notável sobre Hitler, que o admirava especialmente por seu virtuosismo demagógico e habilidade tática, pensando em termos pragmáticos enquanto desprezava as ideologias de que se utilizava – apesar de criticá-lo por seu anti-semitismo superficial e oportunista. Vale notar que ambos tiravam partido dos sentimentos de angústia atuantes em amplas camadas da população, e que Adolf Hitler extrairia reflexões para construir sua tática dentro do Partido Nacional-Socialista, após a guerra. Ainda em Viena, teria observado uma manifestação pública dos operários vienenses, impressionado pela imagem daquele “desfilar sem fim em filas de quatro em quatro” e contemplou durante “quase duas horas e meia a imensa serpente humana que se estendia lentamente sob seu olhar”. Emocionado pelo efeito cênico do desfile, Hitler não faz qualquer referência à motivação política do acontecimento, ou às suas causas mais distantes: Joachim Fest explica que eram os problemas teatrais que o preocupavam, enquanto o político, tal como ele o concebia, tinha, sobretudo, tarefas de encenação a cumprir. O mesmo se pode dizer das contribuições apreendidas de Richard Wagner.¹²

Os temas wagnerianos envolvem diversos elementos, retirados da poesia mítica de todos os tempos, das sagas nórdicas aos lendários ciclos do Graal, constituindo um quadro simbólico em que a arte é efetivamente elevada ao nível de religião. Assim, o mestre de Bayreuth exalta o amor cortês, puro e espiritual, em oposição ao “amor dos sentidos, que se confunde com as coisas materiais”; ressuscita a lenda heróica dos germanos, em que Siegfried, representando a juventude heróica, concentra sobre si “a radiação solar dos deuses arianos”; Odin é o deus do combate, símbolo da coragem viril, reina como mestre sobre um “mundo divino”, que se encontra “perpetuamente em guerra com a raça dos gigantes e dos anões, que constituem os dois pólos da humanidade”; assim, os teóricos refletem, no panteísmo da mitologia nórdica, o apelo às “forças cósmicas da raça”.¹³

A abordagem de Jean-Gerard Bursztein esclarece que o quadro em que se encontrava a Alemanha durante o período de Weimar se caracteriza como uma “psicose social”. Segundo o psicanalista, o laço social da civilização – as estruturas culturalmente construídas que permitem o funcionamento normal da civilização – teria sido rompido e, perdendo todas as referências anteriores, formou-se uma atmosfera de nostalgia, uma “sede de ilusão”. O fortalecimento da corrente política nazista se explica, portanto, através da paixão nacionalista, que fornecia a matéria comum para o suposto “objeto de gozo comum” inexistente. O nazismo propunha em seu discurso e em suas práticas uma participação nesse objeto de ilusão política – o mito da pertinência a uma raça superior, destinada a dominar a terra: uma “promessa inaudita de gozo”, sob a forma de um delírio.¹⁴

Segundo o próprio Hitler, “a noção de raça” conduzirá sua revolução até o estabelecimento de uma “nova ordem no mundo”, ou seja, pretendia fazer reviver a

¹¹ Idem, *ibidem*. p. 35.

¹² Idem, *ibidem*. p. 37-51

¹³ ANGEBERT, Jean-Michel. *Hitler e as religiões da suástica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p.177-.186

¹⁴ BURSZTEIN, Jean-Gerard, *Hitler: a tirania e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998. p.10-15.

unidade mítica primeira, o *Volk*, e, abandonando a aquisição simbólica representada pelo direito romano como fundamento de uma civilização, estabelecia um novo direito, o da raça. Bursztein identifica um “conteúdo edipiano cifrado”, na forma da ilusão oferecida pelas festas organizadas pelo Partido. Para fazer face ao desencantamento do mundo moderno, instituiu-se uma fantasia incestuosa representada pela reunião da nação. Neste sentido, o conceito de “hipnose coletiva” se enquadra, enquanto identificação histórica inconsciente: na multidão *inflamada* por Hitler, cada um se identifica ao desejo de seu vizinho graças a um mesmo ideal comum, suposto portador de um objeto de grande valor: o poder atribuído ao chefe.¹⁵

Conhecedor destes mecanismos psicológicos, Hitler sabia que “quanto mais rica a mistura de ingredientes humanos – camponeses operários, funcionários – mais o amálgama assume o caráter típico de uma massa desindividualizada”. Assim, por meio da propaganda, as massas foram levadas à exaltação da vontade, encarnada na figura do Führer e, tomados de uma “devoção fanática”, todos participaram desse sonho mágico de um feixe – fascismo – de vontade. Explica-se então a dupla função da construção mitológica: “uma função de participação no gozo incestuoso, sob a forma de uma identificação imaginária, permitindo assim ao sujeito escapar ao mal-estar da castração e ao desencantamento do mundo, característico do tempo presente, e uma função de suporte do desejo, sob a forma de uma identificação simbólica a um traço paterno, a pátria”.¹⁶

Neste sentido, Jean e Michel Angebert esclarecem que o povo alemão, ou seja, o *Volk*, deve ser entendido diferentemente do conceito de “conjunto de cidadãos enquanto corpo político”, como seria o povo (*peuple*) francês. O *Volk* alemão é efetivamente místico e biológico, essencialmente diferente de uma soma de indivíduos, “um fato natural que tem valor e vida próprios”. Hitler, então assume o papel de “mediador místico-biológico”, falando em nome do *Volk*, e o partido atual, tal como uma “Igreja, uma comunidade de adeptos” – uma espécie de religião cuja base mítica consistia na deificação do sangue e da raça e cuja influência teleológica dirige o desenvolvimento histórico.¹⁷

Seu estudo oferece alguns esclarecimentos pertinentes no que se refere aos simbolismos ostentados publicamente pelo movimento nazista, afirmando que a escrita rúnica possui uma dupla significação – como representação gráfica, é veículo do pensamento e da linguagem, como desenho, possui um sentido sagrado. Na forma da cruz gamada, ou suástica, por exemplo, encontra-se a representação da roda solar, esta “cruz do movimento” também era considerada como amuleto que trazia a felicidade. Este símbolo era conhecido, e utilizado pelos já mencionados *Freikorps*. As *Schutzstaffel*, cujo símbolo era um “SS” estilizado, se manifesta a partir da runa nórdica da vitória, “Sieg”, acompanhada de uma série de outras, marcas de determinadas divisões dos ramos combatentes, as *Waffen-SS*.¹⁸

O discurso integralista, afirmando-se enquanto movimento cristão, reconhece que o fascismo pode ser entendido como uma “doutrina de caráter universal”, mas reforça que o Brasil se construiu pela união do “sonho tupi” em busca duma terra feliz, do “sonho de libertação dos escravos” e do “sonho de glória e riqueza dos conquistadores e bandeirantes audazes” sendo que “a benção do jesuíta uniu todos debaixo da mesma cruz”. No entanto, vale lembrar, de um lado, Gustavo Barroso entende o nazismo como uma “reação do organismo da nação alemã” contra a opressão externa do Tratado de Versalhes e contra a “dissolução interna” efetuada pelo “bolchevismo judaico”; por outro lado, Plínio Salgado critica o combate do “socialismo materialista internacional” através de um “socialismo

¹⁵ Idem, ibidem. p. 30-38

¹⁶ Idem, ibidem. p. 41 e 71-72

¹⁷ ANGEBERT, op. cit. p. 265-267.

¹⁸ Idem, ibidem. p. 257-264.

materialista nacional”.¹⁹ Distancia-se do caráter pagão e racista do nazismo alemão e do cesarismo presente no fascismo italiano, opondo-lhes o “idealismo cristão” que combate os materialismos, representados pelo liberalismo e pelo comunismo.²⁰

Alcir Lenharo argumenta que a insistência de os integralistas em usar imagens – o que certamente pode ser estendido à propaganda nazista – se explica pela “busca do apaziguamento do destinatário”, pois “as imagens são um espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas da capacidade de unificar aquilo que aparece fragmentariamente”. A partir desta perspectiva pode-se afirmar que tanto o sigma integralista quanto a suástica nazista visavam articular as respectivas nações que surgiam, produzindo uma “totalidade orgânica”, um “corpo uno, indivisível e harmonioso”. Deve-se notar que o corporativismo que orientou as diversas correntes fascistas – especialmente no integralismo, mas também no caso do nazismo – se origina na doutrina do Corpo Místico de Cristo, sacralizando o “corpo que trabalha”, oferecendo, assim, uma base legitimadora ao novo regime, cujo líder pretende que a nação caminhe “no mesmo rumo psicológico”, “totalizando os anseios do grupo” e abolindo as contradições de interesses e os “sentimentos opostos”.²¹

Estes “sentimentos opostos” são as oposições de classes, e são justamente a “infecção ideológica” e a “ação dissolvente” que também o Estado Novo pretende eliminar. Para reforçar a função centralizadora do líder, busca reatar com o “espírito bandeirante” (miniatura do Estado Novo) “interrompido no século XIX e tão deturpado pela dialética do litoral”. A “Marcha para Oeste” se manifestaria como uma “trajetória de regeneração” a fim de “manter o Brasil no original”, e vencer as “ideologias e imperialismos estrangeiros”. Alcir Lenharo ressalta que esta “bandeira romântica” está sempre associada à aventura, ao mito, ao impulso, à poesia e, portanto, em oposição ao intelectual e à razão. Ela visa ocultar a opressão sobre os povos conquistados e escravizados, projetando essa “lenda” – esse “sonho tomando forma coletiva” – na alma popular.²²

Pode-se afirmar que tanto o integralismo de Plínio Salgado, quanto os fundamentos do Estado Novo de Getúlio Vargas possuem alguns aspectos gerais em comum com o nazifascismo, mas buscam traçar uma continuidade da história brasileira, fundando-se em suas especificidades e legitimando-se politicamente através de princípios adaptados do cristianismo.

¹⁹ BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1936. p. 17-101

²⁰ SALGADO, Plínio. *A imagem daquela noite: e outros escritos*. São Judas Tadeu, e S. Simão Cananita. A mulher no século XX. Conceito cristão da democracia. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 350-371

²¹ LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986. p. 16-64.

²² Idem, *ibidem*. p. 66-70.

A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS EX-COMBATENTES BRASILEIROS: AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS VETERANOS.

Autor: Danilo de Mauro Prandi

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial – Força Expedicionária Brasileira – Reintegração Social

O presente trabalho investiga as condições de vida dos pracinhas diante da reintegração social dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial. Esta pesquisa pretendeu identificar as maiores necessidades encontradas pelos ex-combatentes na difícil tarefa de voltar para a vida civil e social.

Para realizar esta pesquisa, foram analisadas mais de 700 fichas que continham um questionário sócio-econômico, as quais foram enviadas pela Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), em 1973, para os ex-combatentes no Paraná, no intuito de criar uma base de dados com informações básicas destas pessoas assim como identificar quais eram as dificuldades que os mesmo ainda estavam encontrando após quase um quarto de século do termino da Segunda Guerra Mundial. Este trabalho esteve atrelado ao esforço de uma Iniciação Científica sobre o mesmo tema, no qual foi possível criar um extenso banco de dados em uma planilha digital, trazendo este universo de informações contidas nestas fichas para uma ferramenta que facilita o método de pesquisa e permite que o pesquisador identifique as questões mais relevantes para o seu trabalho. Nestas fichas encontram-se, além dos dados de identificação do veterano de guerra, informações altamente valiosas, dentre estas, incluem-se nome, filiação, data de nascimento, profissão, local de trabalho, valor dos vencimentos que recebe, se contribui para a previdência social, se tem casa própria, quando e a que unidade foi incorporado ao exército, qual unidade serviu na FEB, sob qual posto serviu, se foi condecorado, se está registrado na LPE, se requereu reforma, nomes da esposa e filhos e, finalmente, o mais importante: quais dificuldades enfrenta no momento?

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial é um assunto bastante marginalizado pela historiografia assim como nos meios de ensino, incluindo as escolas e os materiais didáticos que nelas são utilizados. A mídia brasileira também nunca se interessou pelo assunto, visto que as produções audiovisuais sobre o tema restringem-se, em sua grande maioria, a documentários independentes. O tema da reintegração social do ex-combatentes é muito caro aos pracinhas e seus familiares, sendo assim, muitos dos estudos existentes sobre o tema, são feitos em cima dos relatos dos ex-combatentes sobre o retorno da guerra. No entanto, respaldar as pesquisas em memórias publicadas, depoimentos orais, depoimentos e publicações familiares a respeito do assunto, requer muito cuidado, pois a memória também passa por um processo de construção.

Conforme relata o autor Dennison de Oliveira¹ (2013) em seu artigo sobre a desmobilização da Força Expedicionária Brasileira², os recentes estudos sobre a reintegração social dos ex-combatentes brasileiro depois da Segunda Guerra Mundial, têm se voltado a panoramas mais gerais, como aplicabilidade de leis de amparo aos veteranos de guerra e o envolvimento político das associações de ex-combatentes. Estes trabalhos foram responsáveis por levantar diversas questões extremamente relevantes para os

¹ Doutor em Ciências Sociais. Professor Associado II, filiado aos programas de graduação e pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

² OLIVEIRA, Dennison de. Custos humanos da desmobilização da força expedicionária brasileira (FEB): A Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) e os feridos, doentes e mutilados da Segunda Guerra Mundial (1947-1956). Vozes, Pretérito & Devir, v. 1, p. 165-166, 2013.

pesquisadores do tema. É importante ressaltar o trabalho, que talvez seja o mais importante existente até o momento, do autor Francisco César Alves Ferraz³: “A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)” (2012), que traz um panorama amplo muito importante dos fatos mais relevantes para a compreensão da reintegração social dos ex-combatentes, sendo de muito auxílio para a presente pesquisa. No entanto, este trabalho, através dos questionários da Legião Paranaense do Expedicionário, tem a oportunidade de evitar análises macro, evitando generalizações, pois através dos questionários sócio-econômicos é possível ter uma visão íntima de temas tão caros aos soldados, mas que às vezes passam despercebidos por uma visão generalista do tema.

Para buscar compreender o processo de reintegração social do ex-combatentes, é preciso primeiro buscar analisar o traumático processo de formação da Força Expedicionária Brasileira, a relação da sociedade e do governo brasileiro com a guerra e a atuação brasileira no teatro de operações na Europa antes do retorno ao Brasil. O presente trabalho busca abordar esses temas nos dois primeiros capítulos antes de analisar as fontes da LPE no terceiro capítulo, pois cada um desses temas apresenta grande influência no processo de reintegração social dos ex-combatentes

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial apresentou características especiais e únicas em relação aos outros países que participaram da mesma Grande Guerra. A sociedade brasileira não conhecia a guerra de fato, a memória mais próxima de participação ativa do exército brasileiro em um conflito armado contra outra nação, A Guerra do Paraguai, era de quase 70 anos antes do início da Segunda Guerra Mundial, sendo que o exército brasileiro, neste intervalo de tempo, foi majoritariamente utilizado para suprimir revoltas e questões internas do país, tais como a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado.

Durante o estouro da guerra na Europa, com a invasão da Polônia por parte dos alemães em 1939 dando início ao maior conflito bélico da humanidade⁴, o Brasil vivia, desde 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas, época conhecida como Estado Novo. O governo Vargas preocupou-se em investir pesadamente no setor industrial⁵, visto que o Brasil era essencialmente uma sociedade agrícola, assim como buscou na mídia um forte pilar para a sustentação do governo. O uso dos meios midiáticos já vinha sendo utilizado em outros países como uma importante arma de guerra⁶ e também serviu de instrumento para a aproximação dos Estados Unidos da América com o Brasil⁷. Apesar de todo o aparato de propaganda existente no Estado Novo, é questionável a noção de que até que ponto todos esses esforços influenciaram a formação da Força Expedicionária Brasileira e também na construção do sentimento de dever civil na sociedade brasileira para com a guerra, pois haviam muitas pessoas dentro da FEB contrárias a figura de Vargas, lembrando sempre da ironia de lutar na Europa pela democracia enquanto o Brasil vivia sob uma ditadura. Havia muita desconfiança sobre a participação brasileira na guerra, tanto na sociedade civil como entre os militares. Os ideais da importância da luta pela liberdade na Segunda Guerra Mundial não era inata e a insatisfação de membros da FEB sobre os ânimos dos soldados na guerra, não permite afirmar com total certeza que a criação da

³ Doutor em história pela USP e professor da Universidade Estadual de Londrina.

⁴ HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos : o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996. p.46.

⁵ RIGONI, Carmen Lucia. *Nas trilhas da Segunda Guerra Mundial : as experiências, as vivências e os sentimentos do soldado brasileiro*. Curitiba : Torre de Papel, 2001. p.36.

⁶ ROLLINS, Peter C. & O'CONNOR, John E. *Why we fought: America's wars in film and history*. University Press of Kentucky, 2008. p.15

⁷ TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2000. p.78.

Força Expedicionária Brasileira foi resultado de uma luta interna no país pela democracia juntamente com a comoção popular pelo torpedeamento dos navios brasileiros pela Alemanha⁸

Os motivos que levaram o Brasil a declarar guerra contra as forças do Eixo foram diversos e não é o objetivo do presente trabalho debruçar-se sobre estas questões. No dia 22 de agosto de 1942 o Brasil declarou estado de beligerância contra a Alemanha e Itália e em 31 de agosto declarou formalmente guerra contra o Eixo. O exército brasileiro era carente em diversas áreas, possuía um contingente pequeno, um efetivo de aproximadamente 95 mil homens, havia deficiências de equipamentos, armas, logística, comunicação e etc.⁹. Logo após o anúncio da entrada na guerra, deu-se início a Campanha de Alistamento Voluntário, a qual foi um fracasso, visto que apenas 2.700 jovens brasileiros se apresentaram para o alistamento.

Juntamente com este fracasso da Campanha de Alistamento Voluntário, outro grande problema surgiu, que desmoralizou a FEB e traria mais tarde problemas na reintegração social dos pracinhas, o apadrinhamento de membros da classe média e da elite brasileira para escapar dos deveres militares, era visível que a juventude escolarizada nutria um grande apreço em fazer discursos em apoio à guerra, mas não se apresentava para participar desta luta, o mesmo reflexo se viu na imensa quantidade de pedidos de dispensa recebidos pelo Ministério da Guerra, pois esses pedidos eram oriundos do pessoal mobilizado instruído, enquanto o pessoal sem grau de instrução permanecia mobilizado para partir para a guerra¹⁰.

De certa maneira, é possível afirmar que o material humano do Exército brasileiro era quase um reflexo da sociedade brasileira. Os soldados eram em sua maioria pessoas pobres, com problemas de saúde, analfabetos, muitos estavam no exército pela garantia de um emprego, de uma refeição ou de um lugar para morar. Os quartéis apresentavam péssimas condições de estrutura e higiene, o soldo era baixo e a relação interna era extremamente patriarcal, as relações entre oficiais e praças remetiam a memórias de tempos de servidão e a disciplina era extremamente rigorosa. Havia uma disputa e muita provocação entre as tropas expedicionárias que ficaram conhecidas como Exército da FEB e as tropas não expedicionárias que ficaram conhecidas como Exército de “Caxias”. Esta diferenciação de exércitos não é meramente ilustrativa ou um mero detalhe para diferenciar quem foi para a frente de batalha na Segunda Guerra Mundial na recém formada Força Expedicionária Brasileira e quem ficou no exército de estrutura já existente no Brasil, havia uma grande diferença entre a organização francesa do exército brasileiro e a organização do exército Norte-Americana, a qual a FEB estaria subordinada e logo teria que se entrar em seus moldes.

As dificuldades para mobilizar a massa humana e criar a Força Expedicionária Brasileira foram muitas, diversos empecilhos e má vontade política, assim como de setores da sociedade que buscaram todos os meios possíveis para escapar da guerra, conflitos, descrença, falta de preparo, experiência, estrutura, conhecimento e de tecnologia, foram alguns dos obstáculos encontrados na organização da FEB, no entanto, para o bem ou para o mal, distante dos propósitos iniciais, a FEB estava formada, em sua essência com “cidadãos-soldados”, que deixaram sua vida civil para participar da guerra e para esta vida civil deveriam voltar após o conflito, e iria para Europa para desempenhar o seu papel.

⁸ FERRAZ, Francisco César Alves. *A Guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012. p.47

⁹ FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p.44.

¹⁰ Idem, p.53

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial refletiu todos os problemas estruturais e as mesquinhas políticas existentes no Brasil, no entanto os soldados brasileiros, com muita bravura desempenharam seu papel na guerra. Não é o objetivo desta pesquisa relatar a importância que a FEB teve dentro do panorama geral da Segunda Guerra Mundial, no entanto, os soldados brasileiros voltaram para a casa com a merecida e justificada sensação de dever cumprido, mas para muitos soldados, ainda haveriam muitos obstáculos a serem enfrentados.

Conforme relatam os autores Dennison de Oliveira e Francisco Ferraz, o exército febianos foi rapidamente desmobilizado ao retornar ao Brasil, principalmente por motivos políticos e assim começaria o processo de reintegração social do ex-combatente brasileiro, visto que, ao contrário de outros países que desde o início da guerra já estavam pensando no retorno dos seus soldados, o Brasil não estava preparado para recebê-los.

O governo brasileiro, através de diversos decretos e leis, foi criando mecanismos para dar assistência aos ex-combatentes. Temos o exemplo do Decreto-Lei nº7.270, de janeiro de 1945, que criou a Comissão de Readaptação dos Incapacitados das Forças Armadas (CRIFA)¹¹, na qual os indivíduos que estavam notoriamente incapacitados deveriam se apresentar. A lei que garantia o emprego que o soldado havia deixado para lugar na guerra muitas vezes era burlada, o estigma de neurose de guerra fazia com que os soldados não encontrassem oportunidades de emprego. Ao longo do tempo mais e mais leis foram sendo criadas para tratar de questões como pensões, garantia de atendimento médico, promoções para quem atuou na Itália, gerando atrito com os oficiais que ficaram no Brasil que passaram a ir atrás e conseguir benefícios que deveriam ser exclusivos para aqueles que foram para a Itália lutar contra o nazi-fascismo, garantias de empregos e etc. No entanto, conforme é possível perceber nas fontes, a situação do pracinha foi de muito abandono e descaso. Os pracinhas passaram a se organizar em diversas associações, é neste contexto que surge a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) menos de 1 ano após o término da guerra, procurando dar auxílio aos ex-combatentes nesta árdua missão de se reintegrar na sociedade. Em 1951, com iniciativa da LPE, foi criada A Casa do Expedicionário, na qual os ex-combatentes podiam procurar ajuda e assistência.

As fontes da LPE, usadas neste trabalho, permitem quantificar um número relevante de pracinhas e suas necessidades, visto que o questionário aplicado em 1973 foi respondido por mais de 750 ex-combatentes. Os problemas encontrados nos questionários são diversos. Apenas 80 fichas constam afirmações de ex-combatentes que não possuíam dificuldades no momento, enquanto o resto dos ex-combatentes apresentavam pelo menos uma dificuldade, ou seja, algo em torno de 90% dos ex-combatentes que responderam ao questionário tinham dificuldades. Dentre as diversas dificuldades, encontramos a falta de acesso à educação para a família, dificuldades em se inserir em algum tipo de trabalho, mais de 200 fichas alegando diretamente problemas de saúde e grande parte dos ex-combatentes relatam estado de pobreza e insuficiência de rendimento para poder ter uma vida digna e ser provedor da família.

A maior parte dos ex-combatentes, 584 de 768, estavam registrados na Casa do Expedicionário. O posto predominante nas fichas é o de Soldado, ou seja, as maiores dificuldades são encontradas naqueles que possuíam patente menor no exército. Mais de 250 ex-combatentes não possuíam ao menos uma casa própria no momento em que responderam ao questionário. Apenas 42 ex-combatentes declararam que eram reformados, sendo que dentre esses 42, 30 não apresentaram tantas dificuldades como o resto dos que

¹¹ OLIVEIRA, Dennison de. Custos humanos da desmobilização da força expedicionária brasileira (FEB): A Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) e os feridos, doentes e mutilados da Segunda Guerra Mundial (1947-1956). Vozes, Pretérito & Devir, v. 1, p. 167, 2013.

responderam o questionário. Dos mais de 750 que responderam, 284 ex-combatentes ainda estavam na ativa enquanto 330 responderam que não, ou seja, a maior parte já não estava mais ligada ao exército. Apenas 158 pessoas eram aposentadas e mais de 370 pracinhas não tinham aposentadoria na época em que responderam aos questionamentos. Nas fichas, é possível encontrar mais de 100 tipos de ofícios nos quais os ex-combatentes estavam trabalhando, os trabalhos mais recorrentes eram de Agricultor, comerciante, Funcionário Público Federal, Funcionário Público Estadual, mais de 190 lavradores, motorista, servente e outros. 270 ex-combatentes não eram contribuintes de institutos de previdência, os institutos que tinham mais contribuintes eram o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado). 663 ex-combatentes responderam que eram casados, É de se notar também que os ex-combatentes formaram extensas famílias, algumas com até 14 filhos.

No campo do questionário, no qual o ex-combatente deveria citar quais eram as maiores dificuldades no momento, é possível encontrar o total descaso e abandono com estas pessoas que saíram do seu país, deixaram suas famílias para embarcar para uma guerra e lutar por ideais que nem ao menos eram encontrados no Brasil, como a democracia e a liberdade. Ainda há muito a ser pesquisado sobre este tema, principalmente com o acesso às novas fontes, tais como as da LPE, este trabalho não pretende trazer respostas generalizadas sobre o tema, mas conclui que houve um enorme abismo entre as leis de benefícios para os ex-combatentes existentes e suas aplicabilidades, sendo que, de uma maneira geral, os pracinhas ficaram abandonados pelas políticas públicas que deveriam ter dado todo o suporte após o retorno para o Brasil. “Nós partimos do Brasil com promessas do então Presidente da República, que ainda a bordo de um dos navios disse: “A Pátria jamais os esquecerá”¹², pois a pátria esqueceu, grande parte da sociedade esqueceu e as políticas sociais e o governo também esqueceram.

¹² SOARES, L. *Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira*. Curitiba, [s.n], 1985, p. 344.

EUGENIA NEGATIVA NO BRASIL: RENATO KEHL E SUAS LIÇÕES DE EUGENIA.

Aluno: Filipe Marcel Brito de Souza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Kosicki Bellotti

Palavras-chave: eugenia, Renato Kehl, Lições de Eugenia.

Esta pesquisa visa o estudo da formulação de ideias acerca da eugenia no Brasil, a partir de uma análise da obra *Lições de Eugenia*, publicada em 1929 pelo médico e eugenista Renato Ferraz Kehl. O foco principal será voltado às características que denotam a segunda fase do pensamento do autor que, a partir do fim da década de 1920, passa a exibir concepções mais radicais, alinhadas ao conceito de “eugenia negativa”.¹ A pesquisa tem, então, como interesse central analisar as questões sociais, políticas e científicas que permearam o processo de aproximação do autor às idéias de eugenia mais “dura”, e como esta mudança está expressa na obra em análise.

A obra *Lições de Eugenia* (1929) foi escolhida por ser a que melhor expõe os pressupostos teóricos de Renato Kehl, podendo ser considerado um livro síntese do pensamento do autor.² *Lições de Eugenia* consiste na obra em que o autor melhor consolidou seus pressupostos teóricos.³ Publicado em 1929, pela Editora Livraria Francisco Alves, e tendo uma segunda edição em 1935, é a expressão da radicalização do pensamento eugenista deste período.⁴ A obra dividida em doze “lições” contém as definições de eugenia e eugenismo; os fatores considerados degenerativos; o arcabouço teórico que sustentará a exposição: Francis Galton, Lamark, C. Darwin, Weismann, Mendel, dentre outros; e ainda outros temas que vão de hereditariedade até educação sexual. Este livro organiza e esclarece a eugenia, desde suas bases teóricas e os projetos de cura do povo brasileiro.⁵ A presente pesquisa dispõe da edição inaugural da obra, de 1929.

O motivo da escolha de Renato Kehl (1889-1974), como foco deste trabalho, reside no motivo de ser este personagem o mais destacado propagador das idéias eugênicas no Brasil, durante as décadas de 1920 e 1930.⁶ Referências aos seus trabalhos aparecem com frequência na historiografia nacional, especialmente nas discussões sobre raça, imigração controle matrimonial, higiene mental e, principalmente, eugenia.⁷ Entre os anos de 1917 e 1940 assumiu a propaganda eugênica como missão política e intelectual, o que lhe rendeu o título de “pai da eugenia”, pelo escritor, e simpatizante da eugenia, Monteiro Lobato.⁸ Nascido em Limeira, interior de São Paulo no ano de 1889, teve formação em Farmácia pela Escola de Farmácia de São Paulo (1909), e em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1915). Publicou mais de 30 obras acerca do tema eugenia, e foi um dos

¹ DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 125.

² NALLI, Marcos. Antropologia e Racismo no Discurso Eugênico de Renato Kehl. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos. jul.-dez 2005. p. 120.

³ NALLI, Marcos. Antropologia e segregação eugênica: uma leitura das lições de Eugenia de Renato Kehl. In: BOARINI, M. L. *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá, Eduem, 2003. p. 166

⁴ DIWAN, Pietra. *Op. cit.*, p. 128.

⁵ *Idem, Ibidem*.

⁶ STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 2006.

⁷ SOUZA, V. S. A "eugenia negativa" nos trópicos: a política biológica e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1928-1932). In: *XII Encontro Regional de História - Usos do Passado*, 2006, Niterói. p. 01.

⁸ *Idem, Ibidem*.

principais fundadores da primeira sociedade eugênica da América Latina, a Sociedade Eugênica de São Paulo (Sesp) em 1918, participando também das criações da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), em 1922, e da Comissão Central Brasileira de Eugenia, em 1931.⁹ Foi editor de revistas e periódicos nacionais, dentre eles o *Boletim de Eugenia* que circulou entre os anos de 1929 e 1933.¹⁰

O pensamento de R. Kehl, acerca da eugenia, teve duas fases distintas. A primeira pode ser classificada como positiva e sanitarista, defendendo um programa eugênico mais “suave”, ao estilo da eugenia preventiva.¹¹ Esta forma de concepção da “ciência eugênica” era majoritária entre os intelectuais envolvidos com a área no Brasil, tendo em vista a participação de higienistas e sanitaristas. A segunda fase ocorre a partir do final dos anos 1920, passa a se aproximar dos pressupostos mais radicais da eugenia negativa.¹² Kehl se afasta do movimento sanitarista, passando a citar frequentemente em suas obras ideias que vinham sendo discutidas na Inglaterra, nos Estados Unidos, e principalmente no movimento ligado à “higiene racial alemã”. A obra em análise neste trabalho pode ser considerada como um ponto de virada no pensamento do autor, tendo em vista sua produção após retorno de sua passagem pela Europa, notadamente a Alemanha, e contato com Instituições e bibliografia acerca da eugenia.

Importante para um melhor entendimento do trabalho é a conceituação dos tipos de eugenia (“positiva” e “negativa”). Podemos dizer de forma reduzida, e com base em conceitos diversos presentes na literatura, que a eugenia “positiva” tinha por escopo o fomento da reprodução dos considerados “aptos”, aumentando a quantidade de indivíduos “eugenizados”. A eugenia “negativa” preocupava-se em barrar os fatores considerados inadequados, através de medidas que visavam impedir a reprodução dos indivíduos portadores de caracteres inadequados. Em suma a “eugenia negativa” consiste em um segundo aspecto do ideal eugênico que se ocupa, basicamente, em diminuir o número de indivíduos não eugênicos ou disgênicos com a limitação do casamento e/ou procriação destes.¹³ Esta vertente da doutrina propunha maior controle, neste caso governamental, sobre o casamento e a reprodução. Este controle se daria através de exames pré-nupciais e estudos genéticos, sendo proibida então a reprodução em casos de idade materna avançada, cosanguinidade do casal, e casos de deficiência física e mental.

As interpretações históricas da eugenia costumam tomar como centro de suas análises as manifestações da eugenia negativa, sendo que estas manifestações são consideradas como exceções no contexto eugênico latino-americano.¹⁴ Práticas como o aborto, a esterilização ou outra prática de controle de natalidade nunca foram legalizadas como medidas eugênicas.¹⁵ A análise da obra de Kehl, e a adesão as suas ideias por parte dos cientistas brasileiro, mostra que houve certa demanda por tais medidas mais radicais. A população brasileira era racialmente mista, analfabeta e pobre, e quando surgem as ideias eugênicas a pequena inteligência do país, em grande parte de ascendência européia, há muito se preocupava com a identidade racial e a saúde da nação. A noção de que o aprimoramento racial poderia ser conseguido cientificamente teve, portanto, considerável atrativo para os médicos e reformadores sociais. Nessas circunstâncias, havia potencial

⁹ STEPAN, Nancy Leys. *Op. cit.*, p. 56.

¹⁰ SOUZA, V. S. 2006. *Op. cit.*, p. 01.

¹¹ *Idem, Ibidem.*

¹² SOUZA, V. S. 2006. *Op. cit.*, p. 01.

¹³ MAI, L. D. ; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto/SP, v. 14, n.2, 2006. p. 254.

¹⁴ STEPAN, *Op. cit.*, p. 115.

¹⁵ *Idem, Ibidem.*

para um movimento extremista de raça e higiene, assim como espaço para espaço político para definições menos extremadas do sentido da eugenia para a nação.¹⁶

O movimento, em suas vertentes, pertence ao que Michel Foucault¹⁷ denominou *biopoder*. Constituído no final do século XIX e impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo, o *biopoder* garantiu o mantimento das relações produtivas e o crescimento das economias. Este poder consistia em um investimento direto no corpo dos indivíduos através de estratégias para extrair e desviar a potência de cada um para as instituições de poder como a escola, a polícia, a medicina, entre outras.

A primeira parte deste trabalho tem o intento de trazer o histórico e os conceitos da eugenia de forma mais ampla, assim como analisar o processo de desenvolvimento e a institucionalização do movimento eugenista brasileiro, a partir do final da década de 1910, e o papel desempenhado por Renato Kehl. O conceito de eugenia foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883, para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter-se uma melhor reprodução.¹⁸ A eugenia como ciência se baseou nos entendimentos acerca da hereditariedade humana; como movimento social envolveu propostas que permitiram à sociedade assegurar a constante melhoria de sua composição hereditária encorajando indivíduos “adequados” a se reproduzirem, e desencorajando os “inadequados” a se reproduzirem.¹⁹ A efetivação social dos princípios científicos da eugenia começou a ganhar espaço após a Primeira Guerra Mundial, quando os Estados europeus, de forma geral, estavam preocupados com a quantidade e a qualidade de sua população.²⁰ Após a guerra o Estado assume o papel de *pater familias*, ou seja, passa a substituir a família e a sociedade civil no papel de educação dos jovens e na saúde dos indivíduos, intrometendo-se na vida privada visando suprir as mazelas de saúde e higiene.²¹ Esta intervenção estatal era a intenção de Kehl, e dos demais eugenistas que pretendiam consolidar políticas públicas baseadas na ciência.²²

A segunda parte deste estudo tem o objetivo de investigar algumas questões ligadas ao momento de ruptura de Kehl com o pensamento eugênico suave, de matiz neo-lamarckista, para a adoção de uma concepção ligada ao determinismo biológico ligado à genética mendeliana e à eugenia negativa. Após a já mencionada viagem de Renato Kehl a Europa, e o contato com esta eugenia, o autor passa a se distanciar da eugenia latino-americana, que não era caracterizada por um arcabouço científico tão vasto, sendo dotada de uma visão mais sociológica do que biológica, e de uma abordagem ligada ao *lamarckismo*.²³ Passa então a se aproximar de ideias que além de mais radicais, do ponto de vista de suas medidas, também contavam com enfoque mormente biológico seguindo os preceitos do *mendelismo*. Assim Renato Kehl, apesar de reconhecer a importância das medidas higienistas, torna-se progressivamente mais cético quanto à capacidade da “eugenia preventiva” para o melhoramento da formação da população nacional.²⁴ A “higiene racial”, como era conhecida a eugenia alemã, passa a ser parâmetro para a produção do autor. As medidas defendidas pelo autor podem ser mais especificamente apontadas como: a “esterilização dos degenerados”, controle médico/estatal dos casamentos, segregação compulsória (de alienados e ex-alienados) por motivo eugênico,

¹⁶ STEPAN, Op. cit., pp. 20-21

¹⁷ FOUCALT, Michel. *História da Sexualidade: vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1988.

¹⁸ SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. p. 60.

¹⁹ STEPAN, Op. cit., p. 09.

²⁰ MAZOWER, Mark. *Continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.p. 87.

²¹ *Idem*, 98-99.

²² DIWAN, Op. cit., p.105.

²³ STEPAN, Op. cit., p.76.

²⁴ SOUZA, V. S. 2006. Op. cit., p.6.

proibição da imigração de indivíduos de raça negra e amarela.²⁵ Esta posição passa a ter adesão de boa parte dos integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental, sendo divulgada em seu veículo editorial: O *Boletim de Eugenia*. Teve também o apoio de outros intelectuais, como Monteiro Lobato, assim como promessas políticas de positividade legislativa da eugenia.²⁶ O momento histórico, e a oportunidade política, presentes no contexto brasileiro e mundial, a partir da virada da década de 1920 para 1930, favoreciam a defesa de práticas eugênicas mais duras como a esterilização.²⁷ A Liga Brasileira de Higiene Mental, representava um diálogo entre a psiquiatria e a eugenia, sendo que estes médicos estariam mais abertos a discussão de uma das questões mais controversas em termos de aplicação de medidas eugênicas de cunha negativo: a esterilização involuntária dos “degenerados”.²⁸

Por fim, a derradeira parte desta monografia pretende fazer uma análise mais pontual de práticas e políticas, muitas delas ligadas à eugenia negativa, que se encontram presentes na obra aqui em análise. Uma das plataformas da eugenia negativa da reprodução consistia na regulação eugênica do casamento. O teste pré-nupcial, ou certificado para casamento, era a forma mais direta de proscrição eugênica, resultando em alguns países em regras legislativas compulsórias de natureza negativa.²⁹ Renato Kehl trata deste tipo de exame em sua obra, defendendo sua necessidade e indicando o dano hereditário que poderia ser eliminado das populações se os indivíduos eugenicamente insalubres, como os sífilíticos, por exemplo, fossem impedidos de casar-se.³⁰ Este controle deveria ser feito através de uma nova legislação referente ao casamento, que estabeleceria um controle estatal dos exames e documentações. Acontece que no pensamento eugênico de Kehl, e como podemos observar na obra em estudo, ocorria uma valoração negativa sobre a questão da miscigenação. Para Kehl, o motivo da crise racial no país consistia em grande parte na miscigenação do povo. Para salvar este da catástrofe, seria preciso adotar procedimentos eugênicos como o controle de casamentos e a educação eugênica. O autor esclarece a questão, que era controversa entre os biólogos da época dizendo: “(..)somos contrários ao cruzamento da raça branca com a preta ou amarela, única e exclusivamente, por motivos eugênicos, sem qualquer outro motivo ou preconceito de superioridade ou inferioridade.”³¹

O debate acerca da imigração no Brasil foi tema constante de debates legislativos, trabalhos acadêmicos e artigos de jornais, desde a chegada dos primeiros imigrantes, até o estabelecimento das leis imigratórias, sendo tema recorrente dos higienistas e de eugenistas como Renato Kehl. Em *Lições de Eugenia*, Kehl trata com bastante ênfase a questão da imigração. Segundo o autor a necessidade era de “leis severas que estipulem as condições para a entrada de alienígenas no país.”³² A Imigração tratada por Kehl em *Lições*, de forma mais específica, foi a imigração japonesa. Era esta imigração considerada por Kehl como prejudicial à formação da “raça brasileira”.³³

²⁵ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1º edição, 1929.

²⁶ DIWAN, Op. cit., p. 105.

²⁷ *Idem, Ibidem*.

²⁸ WEGNER, R; SOUZA, V. S. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos Rio de Janeiro*, v.20, n.1, jan.- mar. 2013, p.263

²⁹ STEPAN, Op. cit., p. 131.

³⁰ *Idem, Ibidem*.

³¹ KEHL, Renato. Op. Cit., p. 196.

³² KEHL, R. Op. cit., p. 191.

³³ MARQUES, V. R. B. *Medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. 1ª ed. Campinas, Editora Unicamp, 1994. p. 91.

Quanto à questão da esterilização³⁴ Renato Kehl define, na obra em estudo, quais são os indivíduos que se são potencialmente esterilizáveis. A preocupação maior seria com “A esterilização dos grandes degenerados e criminosos.”³⁵ Esta seria uma das mais controversas medidas prescritas por Kehl como medida de eugenia negativa, que previa a indicação desta medida para, além dos “criminosos e degenerados”, os casos de “cegueira e surdo-mudez congênita ou hereditária, na epilepsia, idiotia ou no caso de o casal já ter tido mais de um filho com desordem psíquica ou somática.”

As concepções de Renato Kehl, e da eugenia brasileira em geral, marcaram o ideário do país início do século XX, mas devido à resistência de médicos e legisladores não conseguiram influenciar a adoção de políticas duradouras de fundo eugênico.³⁶ A eugenia não foi uma obra alheia à nova ordem racional da civilização, mas de forma contrária, foi um produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição, que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna.³⁷ A presença de idéias eugênicas radicais, de cunho mendeliano e determinista, em um país miscigenado como o Brasil são a comprovação desta ânsia.

O movimento eugênico não foi, de forma alguma, manifestação de ideias extremistas advindas da periferia das ciências, mas sim movimento endossado por respeitados cientistas, médicos e ativistas sociais que a consideraram como resultado do desenvolvimento do estudo da hereditariedade humana.³⁸ Assim Kehl, interessado na regeneração do povo brasileiro, procurou expor ideias científicas para tanto, sendo que sua caminhada em direção a radicalização foi motivada pela legitimação científica. O rumo tomado pela extraordinária, brutal e excessiva eugenia nazista alemã, fez com que, após a 2ª Guerra Mundial, o eugenista reorientasse seus estudos para o ramo da psicologia. Sua obra acerca da eugenia permaneceu como um retrato do pensamento médico e social de uma época.

³⁴ Ato de tornar inapto o indivíduo à reprodução. Os procedimentos cirúrgicos utilizados são a vasectomia, para os homens, e a laqueadura ou a histerectomia para as mulheres.

³⁵ KEHL, R. Op. cit., p. 170.

³⁶ DIWAN, Pietra. Op. cit., p. 151.

³⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 33.

³⁸ STEPAN, Op. cit., p.12.

IMIGRAÇÃO JAPONESA NA FOTOGRAFIA. MEMÓRIAS E SOCIABILIDADES

Aluna: Noemia Yoko Harada

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Kosicki Bellotti

Palavras-chave: fotografia, imigração japonesa, memória.

Este estudo abordará a fotografia como objeto de análise, a partir da recuperação da memória dos imigrantes japoneses do Norte do Paraná, e dos processos de adaptação que envolveu sua integração e aculturação em solo brasileiro.

O tema desta pesquisa é a imigração japonesa no Norte do Paraná, através da análise do acervo fotográfico, das famílias Nakashima, Umebara e Ohara, no período de 1930 a 1960. O ano de 1930 marca o início da colonização japonesa no norte pioneiro, incentivados pela venda de terras da “Companhia de Terras do Norte do Paraná”¹ em 1932. Este período também marca o período de severas restrições políticas e raciais que enfrentava o país em relação à entrada de imigrantes. Já o ano de 1960 foi escolhido por, considerar que as cidades já estão bem desenvolvidas e que as famílias analisadas estão formando sua segunda geração de descendentes.

Nosso objetivo foi, através da fotografia, realizar uma retrospectiva da vida destas famílias, percebendo em suas relações sociais e pessoais, e em seus hábitos de vida, aspectos referentes à sua integração e formação de uma nova identidade nacional.

Iniciamos esta pesquisa com muitas indagações sobre o uso da fotografia como fonte de pesquisa segura e séria para a História. Através das reflexões desenvolvidas nas leituras da bibliografia contemplada, pudemos perceber que a fotografia é uma “fonte de investigação e descobertas, tão importante quanto os documentos orais e textuais”².

Seguindo os alertas e cuidados despendidos para qualquer análise de fonte, conhecendo suas limitações e metodologia de análise, realizando uma crítica rígida da fonte, sabendo interrogá-las e apreender suas informações e significações, conseguimos resgatar informações importantes nas trajetórias de vida analisadas.

Nossa preocupação inicial foi que, neste caso específico em que as fotografias têm um forte apelo emocional para o pesquisador, até que ponto seu conhecimento e envolvimento interfeririam na pesquisa? Percebemos que o conhecimento prévio deste repertório cultural apresentado pelas famílias, o mergulho neste contexto histórico, da vivência neste local e na convivência com os pesquisados, facilitou muito o desenvolvimento deste estudo. É preciso sim, por parte do pesquisador ou de qualquer outro, estar sempre alerta em não transmitir suas posições ideológicas e emocionais na análise a ser realizada.

Este estudo encontra-se estruturado em três capítulos. O capítulo 1 foi uma análise dos usos e funções da fotografia como documento, e uma rica fonte de pesquisa histórica sobre a colonização do Norte do Paraná, destacando o impacto e o processo de instalação do imigrante em terras paranaenses. Também uma descrição metodológica realizada na pesquisa e bibliografia comentada. Os capítulos 2 e 3 analisam o acervo fotográfico das famílias escolhidas e o resultado da recuperação de informações, que permitem recriar seu universo cultural.

O capítulo 1 destaca o uso da fotografia como fonte de pesquisa histórica, que permite o deslocamento para o contexto passado onde aconteceu um determinado fato, e será utilizada nesta pesquisa como testemunho da memória deixada pelos imigrantes. A fotografia permite não apenas visualizar uma imagem ou um acontecimento, mas

¹ Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1977.

² KOSSOY, Boris. Fotografia e História. 1989. p. 20

possibilita lembrar algo. Lembrar para Eclea Bosi é “refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”³.

Kossoy enfatiza que o registro através de imagens vem permeando cada vez mais a cultura ocidental contemporânea, e se transformando talvez, no principal texto orientador da construção das memórias individuais e coletivas dos grupos sociais. “A fotografia está definitivamente inserida na história cultural, pois ela se faz presente como meio de comunicação e expressão em todas as atividades humanas, é sob esta perspectiva mais abrangente que deve ser estudada.”⁴

Portanto, as fotografias são utilizadas nesta monografia, como testemunhos da história da colonização japonesa no Norte do Paraná, possibilitando estudar o seu cotidiano no trabalho, no lazer, seus vínculos familiares e sociais, manifestações religiosas e folclóricas, enfim, vínculos de solidariedade e sociabilidades, proporcionados por este novo modo de vida em terras brasileiras.

A leitura destas imagens pode ser interminável e transpô-las em palavras dificilmente será completo. Para Miriam Moreira Leite, “por mais atento que seja o leitor, e por mais que domine o código verbal, a imagem não se deixa reduzir a ele”⁵. Kossoy⁶ destaca que a fotografia permite uma leitura plural por parte dos historiadores, um leque de diferentes interpretações que o receptor projeta de si, em função de seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, sua ideologia, de seus interesses pessoal e emocional, de convicções religiosas, de sua postura como intelectual diante da vida e da ciência.

Portanto, destaca Kossoy, por maior que seja o esforço de isenção do historiador em busca da verdade histórica, haverá todos estes componentes, subjacentes na sua interpretação. “As reconstruções históricas sempre foram e serão objetos de diferentes versões. A história, assim como a verdade, tem múltiplas facetas e infinitas imagens.”⁷

E Moreira Leite⁸ nos alerta também que, o leitor ao analisar as fotografias históricas está cercado de perigos, pois só poderá ler adequadamente a mensagem de campos que já conhece anteriormente, se não conseguirem partilhar dos mesmos códigos, cometerá muitos equívocos, e também a leitura repetida de imagens de um mesmo tipo e conteúdo, pode deixá-lo insensível à mensagem completa que elas carregam.

Com todos estes alertas sobre as dificuldades de se trabalhar com as fotografias, ela se revelou uma rica fonte de pesquisa. O uso coerente, indagador e reflexivo por parte dos historiadores ao utilizá-las fará com que os personagens congelados nas imagens sejam tão reveladores quanto os documentos escritos. Mas precisamos estar alertas às omissões intencionais, aos acréscimos e manipulações de todas as ordens.⁹

Kossoy¹⁰ enfatiza que o alcance de sua interpretação também dependerá da bagagem cultural, sensibilidade, experiência humana e profissional de quem lhe formulará perguntas adequadas e inteligentes. Para o autor, “jamais se poderão decodificar tais informações – que permitem enfoques multidisciplinares - se não houver um mergulho naquele momento histórico”.¹¹ Ela não sobreviverá sem os dados que a identifiquem e sem a devida interpretação que a situe e valorize.

³ BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos*. 1987. P. 17

⁴ KOSSOY. op. cit. p. 89

⁵ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. 2001. p. 188

⁶ KOSSOY. *Ibid.*, p. 78

⁷ KOSSOY. op. cit. p. 96

⁸ MOREIRA LEITE. op. cit. p. 50

⁹ KOSSOY. op. cit. p. 99

¹⁰ *Ibid.*, p. 96

¹¹ *Ibid.*, p. 100

Inicialmente o interesse da pesquisa foi apenas a curiosidade em utilizar a fotografia como fonte de pesquisa, dentre outras fontes de natureza audiovisual ou iconográfica. À medida que realizávamos a coleta e escolha das fotografias, percebeu-se que elas permitiam entrever práticas cotidianas, relações sociais e religiosas, e com isso visualizamos detalhes, relances de seu dia-a-dia, sua rotina de trabalho, podendo assim formar uma sequência cronológica de fatos relacionados à vida destes indivíduos que se inter-relacionavam dentro das colônias formadas no Norte Pioneiro.

Com isso em mente, procurou-se primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica que envolvesse todos os aspectos pesquisados, incluindo contexto histórico do período analisado, considerações sobre os usos e funções da fotografia, e os processos de construção da identidade, aculturação, integração e adaptação do imigrante japonês em solo paranaense. Além da escolha das fotografias nos acervos das famílias, é imprescindível a coleta de informações através de depoimentos de familiares e se possível em documentos originais dos personagens pesquisados.

Utilizamos três fontes de leitura: a primeira através de considerações sobre a fotografia como objeto de investigação, sobre os usos e funções da fotografia como fonte histórica, como memória e recuperação de informações. Estão incluídos os autores, Ecléa Bosi, Peter Burke, Boris Kossoy, Francisca Michelon, Miriam Moreira Leite e Susan Sontag. A segunda fonte de leitura destacou os processos de adaptação, aculturação, integração e identidade cultural entre os imigrantes japoneses. Escolhemos os autores: Stuart Hall, Jeffrey Lesser, Gordon Mathews, Hiroshi Saito, entre outros. E a terceira fonte são pesquisas históricas sobre a imigração japonesa no Norte do Paraná, como também do contexto histórico nacional. Incluímos os autores: Tomoo Handa, Homero Oguido, Toshio Igarashi, Kiyoshi Harada, Claudio Seto, Maria Helena Uyeda, entre outros, que contam a saga dos pioneiros no Norte do Paraná. Além disso, utilizaremos a Tese de Doutorado de Sidinalva Wawzyniak, *Histórias de Estrangeiros – Passos e traços de imigrantes japoneses* e o livro “Haruo Ohara. Fotografias”, editado pelo Instituto Moreira Salles em sua homenagem.

Também realizamos visitas ao Museu Histórico da Imigração Japonesa do Paraná em Rolândia, e ao Museu Histórico de Londrina. Estes espaços culturais tem a missão de resgatar, preservar e divulgar o patrimônio cultural que envolve a colonização do Norte do Paraná.

O capítulo 2 envolveu a pesquisa fotográfica deixada pela primeira geração das famílias Nakashima (Rolândia) e Umebara (Rolândia), Foram duas trajetórias familiares de imigrantes: a família Nakashima, nossos avós paternos que chegaram ao Brasil em 1929 e se instalaram em Rolândia (Colônia Fuji) em 1935 e a família Umebara, parentes, instalados em 1935 na Gleba Bandeirantes também em Rolândia.

Iniciaram-se então, as primeiras dificuldades da pesquisa. Inúmeras fotografias estavam ao nosso dispor, e a dúvida foi como trabalhar com estas fotografias pessoais em um trabalho acadêmico. À medida que analisávamos as fotografias, percebemos representações que se repetiam nas três famílias analisadas, então dividimos as escolhas em temas comuns: fotos de família, convívio social e suas comemorações, manifestação da religiosidade, trabalho e lazer.

Nosso acervo inclui fotografias do núcleo familiar e o desenvolvimento das crianças após o nascimento, cerimônias de casamento, enterros, missas de falecimento, festas da colônia, manifestações culturais artísticas, fotos da residência e local de trabalho, novas aquisições, instalações escolares e reuniões das cooperativas tão comuns entre os japoneses.

Após a escolha das fotografias a serem trabalhadas, dificuldades foram surgindo em relação à datação das fotografias, não havia referências escritas e através de relatos orais

dos parentes, tentamos datá-las através das idades dos personagens familiares, e quando isso não foi possível, analisávamos o tamanho das árvores que faziam parte de várias fotos do mesmo local, ou mesmo de reformas realizadas na residência da família e de aquisições materiais ao longo do tempo, como também seguindo uma ordem cronológica descendente em relação aos nascimentos dos familiares.

A participação de parentes foi primordial na recuperação de informações, segundo Kossoy, sem os dados que as identificassem, e sem a devida interpretação que as situassem, a pesquisa estaria incompleta. Este foi um dado importante no trabalho, precisamos de informações que o situem cronologicamente, porém se não o temos, podemos usar de outros recursos para formular-lhes perguntas. Dependerá da capacidade profissional do pesquisador e de sua sensibilidade e experiência de vida.

No capítulo 3, incluímos a trajetória individual de Haruo Ohara¹², que se instalou em Londrina em 1933. Era fotógrafo nas horas vagas, um amador que adorava fotografar, destacou-se tanto em sua arte que suas fotografias foram reconhecidas pelo público, sendo utilizadas em livros e em um curta-metragem, “Haruo Ohara”, que ganhou o prêmio de Gramado em 2010.

Sua fotografia difere das duas famílias analisadas, denota seu lado artístico e de sua sensibilidade apurada em interagir a natureza às suas fotografias. As cenas são as mesmas das famílias analisadas, o cotidiano do imigrante, porém a forma como esta imagem é realizada é que a difere. Haruo tenta captar a natureza em suas cenas e a interage com os personagens, as outras duas famílias analisadas visam em suas fotografias, o registro sucessivo de momentos de suas vidas. Percebemos então que a forma como analisamos as fotografias como fonte de pesquisa, também precisa resgatar o olhar do historiador que deve estar atento às diversas formas de interpretação de uma mesma cena.

Comparando as fotografias das três famílias analisadas, percebemos que o universo destes imigrantes nas colônias se assemelha. A família e o trabalho são os valores primordiais em suas vidas, inúmeras são as cenas dos registros de nascimento de cada filho, de cada ente que se casa ou mesmo dos que morrem.

Percebemos também que a veneração religiosa era realizada a nível privado, em casa. Cultuavam suas crenças através do oratório e em várias cenas ocupa papel de destaque em cerimônias fúnebres e missas de falecimento. O orgulho da compra de terras e o esforço de lavrá-las são registrados em todos os momentos, no plantio do café, no seu crescimento, na colheita juntamente com seus empregados, no orgulho de registrar a aquisição de um caminhão e até na possibilidade de realizar reformas em suas residências.

Outro aspecto bastante retratado pelas famílias é a preservação das manifestações culturais de seu país, entre os integrantes das famílias. São cenas de danças típicas, teatros, e até em esportes típicos, como o beisebol. Muito importante para o imigrante japonês é a educação de seus filhos, muitas são as fotografias das turmas escolares de seus filhos e professores.

Também bastante significativo e muito encontrado nos acervos, são as fotos de cooperativas, associações e festas coletivas entre os integrantes. O mutirão e o igualitarismo manifestado no início da colonização e este sentimento de cooperação, percebe-se nas fotografias de todos os pesquisados.

Os aspectos analisados nas fotografias destas famílias são uma pequena amostra do universo familiar do imigrante japonês, mas foram importantes, pois revelaram aspectos semelhantes no seu cotidiano, nas manifestações culturais e principalmente, como ainda estão ligados aos costumes e hábitos de sua terra natal. Essa primeira geração que aqui

¹² BURGI, Sergio (Org.). Haruo Ohara: Fotografias. IMS, 2008

chegou procurou preservar muitas de suas tradições e o conseguiram, apesar de todos os percalços aqui sofridos.

Ao finalizarmos esta pesquisa, constatamos a importância da fotografia como uma eficiente fonte de pesquisa histórica, e constitui-se igualmente importante, assim como os textos e testemunhos orais. Para a nossa análise, constituíram uma rica fonte de investigação e recuperação da memória deixada pelos imigrantes japoneses instalados no norte pioneiro.

É preciso, porém estarmos cientes, que como as demais fontes, possuem características particulares e cuidados para sua análise. É preciso saber interpretá-las, cientes de suas potencialidades, mas alertas quanto as suas limitações. É preciso um método crítico de abordagem, mas isso não substitui “jamais a atividade criadora do historiador, que é a de tentar reconstruir a vida passada interpretando o pensamento, os sentimentos e as ações do homem, personagem central da história que se busca compreender”¹³.

Nossa experiência mostrou-nos que, se não houver por parte do pesquisador uma análise minuciosa do contexto histórico, o que Kossoy destaca como “um mergulho naquele momento histórico”, e conhecimento sobre a cultura destes imigrantes, não conseguiremos formular-lhes perguntas adequadas, e as fotografias continuarão na sua mudez.

A maior dificuldade enfrentada em relação às fotografias foi sua datação, mesmo as pessoas incluídas nas imagens, se sentem confusas quanto ao período ali retratado, é preciso realizar conexões, visualizar detalhes, para que as imagens se situem no tempo e que sua memória seja recuperada.

A fotografia nos informa sobre o mundo e sobre a vida ali congelada, uma representação de um universo de escolhas do indivíduo, e esse determinado pelo contexto sociocultural que se insere. Através das fotografias analisadas, conseguimos perceber a representação do mundo do imigrante japonês, neste determinado contexto histórico, portanto a fotografia é uma fonte riquíssima para esta pesquisa e uma fonte aberta às novas indagações sobre o seu uso, e sobre a colonização japonesa no Brasil, que aqui não foram contempladas.

¹³ KOSSOY. op. cit. p. 90.